



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RONNY PYTERSON ROMANO DOS SANTOS

Protagonismo indígena - um olhar sobre o boletim “Aconteceu” (1980-1987)

**XINGUARA
2018**

RONNY PYTERSON ROMANO DOS SANTOS

Protagonismo indígena - um olhar sobre o boletim “Aconteceu” (1980-1987)

Monografia apresentado Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- IETU/UNIFESSPA-Xinguara, como requisito para requisito para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho.

XINGUARA/PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial do Instituto de Estudos do Trópico Úmido

Santos, Ronny Pyterson Romano dos

Protagonismo indígena - um olhar sobre o boletim "Aconteceu" (1980-1987) / Ronny Pyterson Romano dos Santos ; orientador, Anna Carolina de Abreu Coelho. Xinguara : [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara, Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Curso de Licenciatura Plena em História, Xinguara, 2018.

1. Representação. 2. História indígena. 3. CEDI. 5. História - Xinguara (PA). I. Coelho, Anna Carolina de Abreu, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 980.41

RONNY PYTERSON ROMANO DOS SANTOS

Protagonismo indígena- um olhar sobre o boletim “Aconteceu” (1980-1987)

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Anna Carolina de Abreu– Orientadora
Curso de História - UNIFESSPA

Prof. Dr. Bruno da Silva - Examinador
Curso de História - UNIFESSPA

Prof. Me. Rafael Rogério Nascimento dos Santos - Examinador
PPGHIST/UFPA

XINGUARA/PA
2018

Dedico este trabalho aos meus pais que me incentivaram nessa jornada do saber e a minha digníssima esposa.

Agradecimentos

A minha orientadora, Profa. Dra. Anna Carolina de Abreu que esteve de maneira atenciosa dedicou-se na orientação.

Ao professores de História do IETU de Xinguara, visto as especificidades locais que por se tratar de um início de construção do curso de história enfrentaram inúmeras barreiras estruturais para exercer o ofício de professor, destaco em especial o Prof. Me. Rafael Rogério Nascimento dos Santos que sempre me incentivou nessa linha de pesquisa, suas contribuições foram de suma importância para o entendimento da temática.

Ao quadro de funcionários do IETU, vigilantes, zeladoras, técnicos que se empenharam ao máximo para o funcionamento da instituição.

Aos meus amigos de curso em especial, Melques, Diogo, Meiriely, Oziel, Poliana, Fabrícia e Nascimento que sempre deram força nos momentos de dificuldades tornando-se amigos ligados pela realização de um sonho.

À minha mãe Maria Romano dos Santos e meus irmãos Robson, Raniele e Lia que representa a minha força de vontade.

À minha esposa Ketely Ribeiro da Costa Romano que nos bastidores sempre esteve ao meu lado, sonhando junto, lutando junto é hoje conquistando junto.

Aos meus amigos de serviço, a qual são merecedores de toda a honra, Edione Maria de Sousa, Jackson da Silva Veloso, Eduardo Rodrigues Duarte e Emerson Pereira que me cobriram por quatro anos, me ajudando nos momentos difíceis é com palavras motivadores que me motivaram a construir esse sonho.

“O mundo tem que conhecer nossa tradição para aprender a respeitá-la. Esperamos que as reivindicações sobre a identidade cultural e sobre nosso território sejam ouvidas pelas autoridades que estarão presentes nestes dias”.

(Bepdja Kayapó da aldeia Mòjkàràkô)

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar o protagonismo indígena no processo de redemocratização do Brasil por meio da série “Aconteceu Povos indígenas no Brasil” boletim produzido pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Temos aqui uma coleção que denuncia as mazelas vividas pelos povos indígenas e ao mesmo tempo evidencia o protagonismo indígena a partir dos casos mensurados em sua obra, analisaremos o periódico do ano 1980 “edição especial de número seis” até a “edição especial de número dezessete” que relatam os acontecimentos de 1985/1986.

Este periódico teve sua gênese no período da ditadura militar a partir de uma resistência contra as violências cometidas por parte do Estado. Primeiramente sua formação está ligada como Centro Evangélico de Informação (CEI), que atuou em que diversas obras que objetivava defender distintas vertentes como assessoria camponesa e indígena. A partir de um processo gradual e paulatino de atuação do CEI é na necessidade de uma sistematização e organização das informações leva no ano de 1974 a formação do CEDI.

Palavras- Chave: Representação – História Indígena - CEDI

ABSTRACT

The present text aims to analyze the indigenous protagonism in the process of redemocratization of Brazil through the series “Aconteceu Povos indígenas no Brasil” produced by the Ecumenical Documentation and Information Center (CEDI). We have here a collection that denounces the ills experienced by the indigenous peoples and at the same time evidences the indigenous protagonism from the cases measured in his work, we will analyze the periodical of the year 1980 "special edition of number six" to the "special edition of number seventeen" Which relate to the events of 1985/86

This period had its genesis in the period of the military dictatorship from a resistance against the violence committed by the State. Firstly, its formation is linked to the Evangelical Information Center (CEI), which acted in which several works aimed at defending different aspects such as peasant and indigenous advice. From a gradual and gradual process of action of the CEI is in the need of a systematization and organization of information takes in the year 1974 the formation of CEDI.

Keywords: Representation - Indigenous History – CEDI

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CONHECENDO O CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI)..	13
1.1) Imprensa no Brasil	13
1.2) Origem do CEDI.....	22
1.3) Aconteceu boletim: Povos indígenas no Brasil.....	24
AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NAS PÁGINAS DO <i>ACONTECEU</i>	26
2.1) Povos indígenas no Brasil no ano de 1980	29
2.2) Uma coletividade que se organiza	38
Considerações Finais.....	43
Referências	46
Bibliografia	47

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a participação dos indígenas na condição de protagonistas de sua própria história tem ganhado espaço nos estudos historiográficos. A partir, dessa perspectiva nosso trabalho pretende analisar a participação do mesmo dentro do processo de constituinte, partiremos da década de 1980 visto ser um ano envolto de tensões tanto no campo quanto na cidade, ainda discutiremos alguns aspectos reconhecendo que para além de protagonistas das distintas decisões, arranjos, lutas e trajetórias histórias que estão envolvidos, os indígenas têm papel fundamental na construção da sociedade atual, sendo eles verdadeiros partícipes que são negligenciados pelo senso comum¹ da sociedade nossa análise partirá do estudo do periódico intitulado “Aconteceu”.

Devemos destacar que as etnias trabalhadas nesse texto são indígenas do século XX o que implica no entendimento que são séculos de relacionamento com a sociedade e suas legislações, fazendo com que a partir dessa relação os indígenas desenvolvam mecanismos e uma percepção apurada de momentos oportunos em que possam obter transformações significativas nas condições em vivem, o processo a qual analisamos se demonstra instável via que é um período de redemocratização, ou seja o futuro da nação está sendo construído o que abre um leque de oportunidades para os indígenas militarem por direitos antes negados.

O século XX têm se demonstrado singular, seja na pluralidade de fontes devido ao exponencial avanço tecnológico que facilitam novas maneiras de registrar os eventos históricos, quanto em sua turbulência de guerras (mundiais), ditaduras, desastres climáticos é ação do homem na natureza. Entre os inúmeros acontecimentos os povos indígenas têm agido de maneira brilhante, tanto no presente século quanto em períodos anteriores, principalmente no relacionamento Indígena/Estado Brasileiro já que desde a “conquista da América” os povos indígenas tem atuado no embate contra os invasores de suas terras quanto por manutenção dos seus direitos, seja utilizando da legislação do outrem² ou utilizando de regiões que possam gozar de uma liberdade³.

¹ Para uma definição e discussão teórica sobre o sentido dessa expressão, ver: Geertz, C. O Saber local. pp.111-141.

² Santos, Rafael Rogério Nascimento Dos “Dis O Índio...”: Outra Dimensão Da Lei - Políticas Indígenas No Âmbito Do Diretório Dos Índios (1777-1798) Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História.

³ ROLLER, Heather F. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. Revista de história São Paulo, N° 168, p. 201-243, JANEIRO / JUNHO. 2013.<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/59153>.

Visto que no período analisado 1980/1987 as várias etnias presentes no território brasileiro não estão somente buscando meios legais de obter seus direitos, mas sim participando significativamente na construção de uma legislação que os valorize, guardada as devidas proporções a voz indígena ecoa nos debates da constituinte brasileira, seus direitos negados e seus anseios futuros fazem-se presente nas discussões, não vindo de um representante, mas sim do próprio “índio” que se organiza como outros setores da sociedade em busca de seus direitos como fez ao longo de toda a história brasileira⁴.

O protagonismo indígena acaba por fascinar cada vez mais historiadores tornando prazerosa a jornada de trabalhar com a temática, visto a diversidade de aspectos que precisam ser evidenciado, quanto a pluralidade cultural presente em diversas etnias. A trajetória dos povos indígenas no território brasileiro é sempre um desafio, visto os inúmeros métodos de abordagem é a pluralidade de aspectos no campo político, social, cultural e econômico.

A valorização do monopólio da terra como patrimônio privado, evidenciando o caráter social que ela tem adquirido ao longo dos séculos demonstram o porquê boa parte dos crimes cometidos pelo Estado contra os povos indígenas é no campo, a violação das demarcações de terras indígenas no território brasileiro são motivadas tanto pela descoberta de recursos minerais e hidrográficos quanto pelo interesse privado em suas terras, os indígenas a partir da leitura dos eventos que os circundam desenvolvem mecanismos de defesa se relacionando com órgãos e diversos setores da sociedade para o fortalecimento de sua luta.

Os dados analisados e as tensões quantificadas no corpo desse texto ajudaram em nossa narrativa que tenta acrescentar na desconstrução do senso comum presente na sociedade que representa os indígenas por inúmeras vezes de maneira estereotipada, caminhando entre as representações de bondoso, ingênuo e hostil⁵. As evidências presentes no boletim *Aconteceu* ajudam na construção de um panorama que evidencia a participação das populações indígenas no processo de redemocratização e de como foram construídos os alicerces da legislação atual no Brasil, que contrário as aparências demonstram que as populações indígenas têm nos últimos anos um crescimento demográfico depois de anos de genocídios e extermínios de etnias inteiras⁶.

⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In: Manuela Carneiro da CUNHA (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁵ Ver MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas: Tese de Livre Docência/UNICAMP, 2001.

⁶ MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6MZRNldDlnoC&pg=PA5&hl=ptbr&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false.

Nos últimos anos cada vez mais os dados apresentam um crescimento exponencial das populações indígenas, os motivos não são meramente fatos casuais e fortuitos ou consequência de dados demográficos, mas cada vez mais indivíduos tem se identificado como indígenas visto o processo de valorização cultural e étnica dos povos indígenas ao longo de séculos de lutas por sua valorização étnica. Percebendo tais mudanças em um momento especial na história brasileira em que os indígenas lutaram pelo direito tanto de sua autonomia política, visto o clamor das diversas etnias pelo direito de auto-representação visto os significativos discursos por independência é as diversas reivindicações por manutenção de seus direitos.⁷

O texto foi separado em dois capítulos, sendo o primeiro *Conhecendo o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (cedi) é uma Breve Discussão em Trabalhar com Imprensa*. A abordagem parte da concepção de cuidados sobre trabalhar com imprensa, junto com o contexto de formação do periódico antecede a discussão sobre o protagonismo indígena nas páginas do *Aconteceu*, visto ser necessário o entendimento de algumas mudanças que significativas de como a imprensa lida com as informações é o seu papel no período da Ditadura Militar, bem como determinados periódicos adotam posições políticas que corroboram nas características presente em suas páginas.

Entender a formação do CEDI mesmo que este não seja o objetivo da pesquisa e importantíssimo para a narrativa desse texto, visto que trabalhar com um periódico sem minimamente entender as tendências e influências internas e externas é cair em um erro, já que o grupo editorial, leitores é o próprio boletim estavam envolvidos em disputas políticas e sociais, é necessário utilizar uma metodologia específica para obter tais informações, por isso nesse capítulo separamos alguns parágrafos para discutir sobre a historiografia referente ao tema imprensa o que acaba por evidenciar o que está enclausurado na páginas do periódico exemplo “paixões, posições políticas e anseios do corpo editorial”.

O segundo capítulo *As Representações Indígenas Nas Páginas Do Aconteceu* e uma construção de como a temática indígena tem se desenvolvido juntamente com a problematização de algumas representações que são construídas ao logo das décadas, as evidências nos levaram ao entendimento de que os indígenas de maneira singular na História Brasileira demonstram como utilizam de mecanismos próprios e alheios para defender seus interesses, partiremos da discussão de como a historiografia recente ampliou as abordagens

⁷ MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6MZRNldDlnoC&pg=PA5&hl=ptbr&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false.

sobre o protagonismo indígena em seguida discutiremos a participação dos indígenas no processo de redemocratização no Brasil.⁸

Em suma os povos indígenas tem papel fundamental na construção da nação, embora por inúmeras vezes tenham sido negligenciados de seu protagonismo. Ao longo de décadas sua participação na história é relatada por livros didáticos e paradidáticos de maneira passiva e muita das vezes estereotipadas, o que acaba por consolidar diversos tipos de pré-conceito presente na sociedade, as trajetórias dos povos indígenas no Brasil são contidas de lutas, acordos, genocídios, guerras, rearranjos e representações que alicerçam o entendimento que temos dos indígenas nos dias atuais.

⁸ O tema Protagonismo indígena têm sido alvo de diversas pesquisas, demonstrando a participação do índio como protagonista de sua própria história em diversas temporalidades, vale ressaltar os trabalhos de alguns autores como: Santos, Rafael Rogério Nascimento Dos “Dis O Índio...”: Outra Dimensão Da Lei - Políticas Indígenas No Âmbito Do Diretório Dos Índios (1777-1798) Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História, ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, COELHO, Mauro C. Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2005, Protagonismo indígena na história / Fábio Feltrin de Souza, Luisa Tombini Wittmann (Organizadores). - - Tubarão, SC: Copiart ; [Erechim, RS]: UFFS, 2016, OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença Indígena na formação do Brasil. Brasília: MEC/Secad; LACED/Museu Nacional, 2006. Embora alguns dessas obras não estejam presente no corpo do texto tiveram papel fundamental na construção deste trabalho.

CAPÍTULO 1

CONHECENDO O CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI)

O objetivo deste capítulo é problematizar a origem do CEDI, órgão produtor do boletim analisado, entendendo o contexto agrário e político que este material estava inserido. Dessa forma, é possível analisar as relações, os conflitos e as ressignificações presentes no boletim *Aconteceu*. Estas surgiram ao longo dos anos que antecedem a Constituição, a partir de uma gama de narrativas que construíram as distintas facetas que os indígenas são representados na mídia e no senso comum da sociedade. Trabalhar com o conceito de representação⁹ é utilizá-lo como ferramenta teórico-metodológica para perceber que por trás de cada fala, relato e informação possuímos internalizações que fazem parte de lutas pelo poder entre grupos que estão ligados com interesses distintos. Entender que de maneira indireta são criadas estruturas mentais forjadas dessas relações culminando na escrita de uma representação que independem da consciência ou intenções individuais, distorcendo a representação dos indígenas em uma narrativa que pode se tornar estereotipada mesmo em obras produzidas por intelectuais.

Acreditamos que o conceito ainda nos possibilita melhor compreensão das representações por trás de cada disputa dos povos indígenas para a valorização de sua cultura e proteção de seus direitos. Ao abordar as fontes com um olhar histórico é intencional perceber as classificações, fronteiras, divisões e caracterização da temática indígena visto a necessidade de desconstrução de alguns preconceitos encontrados na produção midiática no caso imprensa escrita. Iniciaremos por uma breve contextualização da imprensa no Brasil.

1.1) Imprensa no Brasil

A imprensa no Brasil tal qual conhecemos hoje é resultado de um processo histórico de construção, a partir de relações entre imprensa e setores da sociedade, Estado e mercado. Antes de entendermos o boletim *Aconteceu* é necessário perceber a trajetória da imprensa no Brasil já que por ser cheia de ressignificações, continuidades e descontinuidades devemos minimamente citar seu percurso histórico, tendo em vista sua importância e papel fundamental em eventos

⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988 p.17

significativos da história brasileira. No Brasil a imprensa brasileira surge tardiamente sendo inserida no território brasileiro somente com a vinda da corte brasileira que traz importantes modificações nos aspectos culturais e intelectuais da colônia portuguesa, como evidencia o autor na citação abaixo:

A imprensa brasileira surge tardiamente. Na Europa, em 1609, aparecem as primeiras gazetas impressas, na Alemanha. No Brasil, somente com a vinda de D. João VI, em 1808, começa a circular o jornal Gazeta do Rio de Janeiro. Como não podia ser diferente, ele tem como linha editorial divulgar e difundir os interesses da Coroa, sem conteúdo social. No mesmo ano da chegada da família real ao Brasil, José Hipólito da Costa edita o primeiro jornal de oposição ao domínio português, o Correio Braziliense, impresso na Inglaterra por total falta de liberdade de se o fazer no país.¹⁰

A imprensa no Brasil surge tardiamente em relação a imprensa na Europa, embora sua a produção e regulamentação é de domínio da com a coroa portuguesa muito parecido com os moldes encontrados em Governos na Europa, vale ressaltar que que não gozava ainda do mercado editorial presente no Velho Continente. As narrativas aqui presentes nas publicações são romantizadas corroborando na construção da figura da corte e do monarca que utiliza da imprensa para benefício próprio construindo uma representação de si mesmo a partir de seus feitos e obras essa visão acaba por perdurar em grande e pequena medida por décadas.¹¹

A imprensa exerce, seja a partir da publicação de notícias, ideologias e reivindicações, seja na convocação das massas para manifestações, o que por causa de sua abrangência está em constante relacionamento com o Estado, seja ele amoroso quando é meramente um mecanismo legitimador/propagador de ideais estadistas ou conflituoso quando se opõe a suas vontades e ideologias do Estado. A maneira que o Estado tenta lidar com a influência da imprensa é criando mecanismos que regulamentam suas publicações como na ditadura Vargas como exemplifica o autor abaixo:

Além da forte censura exercida sobre a imprensa, cuja maioria esmagadora, principalmente no Distrito Federal, opõe-se a Vargas, é atribuído aos meios de comunicação o caráter de serviço de utilidade pública, o que obriga todos os órgãos a publicar comunicados do governo. O veículo de comunicação que não cumprisse essa exigência levaria seu diretor à prisão. A execução dessas medidas fica a cargo do DIP, que passa, por outra imposição do regime, a encarregado do registro dos jornais e dos próprios jornalistas.¹²

¹⁰ JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, número 14, 2014, pp. 131-171.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

A censura oprimida pelo governo Vargas não aniquila com a independência da imprensa no Brasil, pelo contrário faz com cada vez mais ela se organize nos bastidores para minar as forças do estado autoritário ou defender seus próprios interesses, o Estado passa a lidar com a imprensa de maneira sistemática é burocrática.

No Governo Vargas, temos uma tentativa de vigiar é oprimir a imprensa a partir de criação de legislação e órgãos fiscalizadores deste segmento. O governo tem centralizado o poder de circulação de informações na sociedade, para fiscalizar é criado no ano de 1939 o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) como órgão que atua como censura da imprensa brasileira. Em contraponto as publicações da imprensa privada o Estado utiliza da formação da instituição Agência Nacional que atua com uma gama de publicações que dominam o mercado impresso destacando valores nacionais.

Aqui e evidenciado uma dualidade de lidar com a imprensa utilizada por diversos Estados a primeiramente enfraquecendo a força da imprensa criando instituições que a oprima no caso do período Vargas o DIP, a segunda forma está no domínio do mercado editorial como a formação da Agência Nacional que domina o mercado publicando mais de 50% do material impresso no Brasil.¹³ Após a Segunda Guerra Mundial há uma abertura em relação a liberdade de publicações e expressão de opiniões, embora ressalvamos que ainda são ínfimas os avanços na “liberdade de imprensa”.¹⁴

O boletim *Aconteceu Povos Indígenas* começa ser publicado em um momento de repressão o contexto histórico moldou a maneira da escrita nas páginas dos periódicos brasileiros, representações de imagens, falas, discursos, acontecimentos passam a militar não somente pela causa indígena, embora o foco fosse esse a partir das sistematizações das informações pelo CEDI há uma demonstração da incompetência do Estado de lidar com os conflitos no campo e na cidade.

Duas perguntas devem ser respondida a priori que são: como é construído o boletim e como era sua estrutura? No corpo do boletim são vinculadas notícias e eventos do ano anterior, exemplo na publicação *Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 1980* a edição e publicada no ano de 1981 contendo massivamente os acontecimentos do ano de 1980 e alguns acontecimentos anteriores como eventos que o boletim julga ser importantes no ano de 1979, sempre seguia

¹³ Ver: GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n° 39, p. 15-42. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2980.pdf>

¹⁴ JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, número 14, 2014, pp. 131-171.

essa ordem publicação uma edição relatando os acontecimentos do ano anterior, isso a nível nacional visto algumas publicações voltadas para eventos ocorridos a nível regional como a edição de número 8 *Povos Indígenas no Brasil Sudeste do Pará (Tocantins)*.

Essa estrutura de publicação perpassa até o ano de 1986, visto que publicação de número 17 contém os eventos e acontecimentos do ano de 1985 e 1986, publicada em 18 de Dezembro de 1986. Até o findar da pesquisa que corroborou para a construção desse texto, foi impossível afirmar o motivo de não ocorrer uma publicação separada do ano de 1985 e outra do ano de 1986, porém alguns apontamentos podem ser citados: pode ter ocorrido um desvio de foco visto as publicações com temáticas locais, da publicação de número 15 para a de número 17 temos mudanças estruturais (aumento de conteúdo, imagens e detalhes de impressão) o que pode levar há uma demora de publicação e por fim entraves jurídicos.

A construção do boletim passa a ter uma receptividade positiva pelos sindicatos, instituições, etnias e simpatizantes da causa coletiva, visto as suas publicações especiais cada vez mais vigorarem os locais públicos os exemplares encontrados na CPT de Xinguara décadas depois da sua publicação e a gama de títulos especiais exemplo, Trabalhadores 78 Especial, Trabalhadores 79 Especial 2, Trabalhadores 79 Especial 3, 1980 ABC da Greve Especial 4 Novos Partidos Extraordinários Greve Canaviais Especial 5, Povos Indígenas do Brasil 1980 Especial 6, Trabalhadores Urbanos no Brasil 1980 Especial 7, Uma Greve pelo Direito ao Trabalho: FIAT 1981 Especial 8, Trabalhadores Rurais 1980 Especial 9, Povos Indígenas no Brasil 1981 Especial 10, Trabalhadores Urbanos no Brasil 1981 Especial 11, Povos Indígenas no Brasil 1982 Especial 12, Trabalhadores Rurais no Brasil 1981 Especial 13, Povos Indígenas no Brasil 1983 Especial 14, e as publicações citadas anteriormente.

Entender essa trajetória e perceber que a imprensa ao longo do relacionamento com diversos setores da sociedade se molda e adota posicionamentos distintos, ainda levando em consideração as mudanças que na maioria das vezes se deram de forma paulatina e sistemática tendo na sua organização continuidades e rupturas que são frutos do relacionamento com a sociedade, mercado ou Estado. Devemos ressaltar a maneira significativa que a imprensa interage com as especificidades do século XX, visto que até o século mencionado sua produção era de maneira rudimentar, sendo significativas as mudanças nos aspectos voltados para a profissionalização de mão-de-obra, avanços tecnológicos e dinamização do mercado como vemos na citação abaixo:

É possível dizer, contudo, que, mesmo com o avanço profissional e técnico da imprensa brasileira, até o início da segunda metade do século XX, duas características ainda eram marcantes; a primeira reside no fato de que o modelo de escrita estava ainda muito ligado à opinião, mesmo dando indícios

de uma mudança, uma vez que, os “posicionamentos políticos-ideológicos passaram a exigir, no entanto, um pouco mais de sutileza”. Em segundo lugar, a literatura permanecia fortemente ligada aos impressos periódicos até por conta da “ausência de mercado editorial forte” (livreiro), que obrigava os “escritores a ter que trabalhar em outras ocupações para garantir a sobrevivência, certamente, o jornal e a revista eram as grandes possibilidades”.¹⁵

As mudanças na lógica e estrutura que envolvia os periódicos são significativas nesse período, já que elas ocorrem no modelo de escrita e de intencionalidade, visto que não somente seus posicionamentos políticos exigem mudanças, a imprensa passa cada vez mais a vigorar como produto de consumo que exige cada vez mais a profissionalização uma exigência do mercado jornalístico. Essas mudanças são um processo lento e de longa duração, que ocorre com maior relevância no final do século XIX e início do XX, podemos atribuir esse processo à lógica capitalista de mercado editorial, aos crescentes avanços tecnológicos no setor e ao desenvolvimento de uma crítica ao setor, que acabam com as tendências com características da Imprensa imperial¹⁶.

Partiremos para a discussão da imprensa envolta nas paixões do século XX, destacando a singularidade deste século, visto que é envolto em guerras, regimes totalitários no caso específico brasileiro uma ditadura militar. Entendemos que a problematização destes dados são de suma importância para entendermos as informações e especificidades, que modelaram o boletim *Aconteceu* fazendo com que este periódico adotasse tendências de esquerda ou seja o CEDI milita pelas minorias bem como pela coletividade desprezando o posicionamento do Estado que privilegiará uma pequena parcela da sociedade.

A partir da década de 1950 mudanças significativas ocorrem nas produções do país, tendo um aumento exponencial do mercado publicitário motivados por incentivos do Estado; os anúncios/propagandas passam a ter lugar cativo nas páginas dos periódicos, grandes empresas nacionais e internacionais utilizam da abrangência das revistas, jornais e dossiês para divulgar seus produtos, otimizando seus resultados e fazendo com que cada vez mais surjam periódicos específicos para setores específicos.

Os periódicos estão entre as principais mídias consumidas pela população brasileira nesse período, o que acaba por determinar uma imprensa cada vez mais especializada, adotando narrativas como mecanismos que valorizam a sua “verdade”, ou seja, a narrativa factual

¹⁵ SALGUEIRO, Eduardo de Melo “**O maior projeto em prol de Mato Grosso**”: uma análise da revista **Brasil-Oeste (1956-1967)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Grande Dourados, Dourados- MS, 2011. p.32.

¹⁶SALGUEIRO, Eduardo de Melo “**O maior projeto em prol de Mato Grosso**”: uma análise da revista **Brasil-Oeste (1956-1967)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Grande Dourados, Dourados- MS, 2011.

representa os acontecimentos como algo verdadeiro, segundo o historiador Eduardo Salgueiro, nesse momento o discurso jornalístico nesse momento da história passa a adotar uma narrativa que representa a “verdade”, ou seja, é envolto em uma “aura de fidelidades aos fatos”.¹⁷

Uma das características da imprensa está relacionada com seu poder de difusão de sentimentos na grande massa, seja os mais distintos sentimentos como o de amor, tristeza, esperança e medo, exemplo e o caso analisado pelo autor Cavalcanti que ao analisar os anos que antecederam a ditadura militar percebeu a propagação de um medo vermelho, propagado pela imprensa e por discurso políticos, sendo isso uma característica pulsante do final das décadas de 1950 e início de 1960 como evidencia Cavalcanti¹⁸: “O comunismo enquanto um fantasma amedrontador, figurou como uma constante nas lutas políticas”.

Dessa forma, caminha-se para uma construção discursiva antes do golpe de uma representação negativa de todas as reivindicações por parte dos trabalhadores como na citação abaixo:

Nesta dimensão, as reivindicações dos trabalhadores passaram a ser representadas como perigo e ameaça à manutenção da ordem vigente. Apresentadas como demonstração do crescimento das ideias comunistas em Pernambuco, as lutas dos trabalhadores, ganharam destaque na imprensa “nacional e mesmo internacional”¹⁹

A imprensa propagava uma aversão ao comunismo “medo” o que acaba por ser um instrumento por parte dos militares e setores da sociedade para legitimar as ações no ano de 1964. Entendemos aqui que as reivindicações vindas por parte de qualquer coletividade seja ela dos trabalhadores, quanto dos indígenas, passam a ser representadas como insurreições contra a soberania nacional. A mídia não operava de forma homogênea mais ressaltamos que grande parte dela apoiava o golpe e influenciava diversos setores exemplo o religioso.

O período da ditadura a respeito da imprensa pode ser entendido a partir de dois momentos, o primeiro que vai de 1964/1968 e o segundo de 1968 ao fim o primeiro momento a imprensa guardada as devidas proporções atuou como mecanismo legitimador do golpe de 1964, como já referenciado a partir do pressuposto de defesa da nação mediante ameaça comunista, o que queremos afirmar é que a intervenção foi justificada mediante a defesa da sociedade frente ao perigo “vermelho”. O segundo momento é para nosso entendimento a consolidação do regime ditatorial, não desprezamos as perseguições sofridas pela imprensa anterior a 1968, porém seria ingenuidade de nossa parte acreditar que a censura se deu de forma

¹⁷ Idem.

¹⁸ CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns-1958/1964]**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2012. p.32

¹⁹ Idem. p.30

sistêmica como aconteceu a partir da *AI-5*, esse mecanismo acaba por declarar o monopólio dos ditadores sobre qualquer expressão de opinião vinculado a imprensa, como percebemos na citação abaixo:

Porém, é certo que, a partir de dezembro de 1968, com a edição do **AI-5**, houve um intensificação da censura da imprensa, pois a *decretum terribile* permitia praticamente tudo. Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer a instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder.²⁰

Como evidenciado acima pelo autor nesse momento da história brasileira um momento de repressão à liberdade de expressão, agora a imprensa tem que lidar com uma repressão de forma sistemática e inconstitucional que foi sendo alicerçada de decreto em decreto. Segundo historiador Carlos Fico, o *Decreto-lei n° 1.077* em aliança com o documento surgido do julgamento do *Opinião* consolida a censura. Embora este decreto seja de teor moral, o que implica dizer que a censura não tem ele como coluna central de seus atos, visto que algumas obras escritas eram censuradas antes de sua publicação.²¹ Então surge a pergunta o porquê ligar o decreto com a censura?

Carlos Fico atribui isso ao fato de depois da publicação do decreto ocorreu à censura de capítulos de novelas para a TV e o rádio²². Aqui o que queremos discutir são os significados da censura nesse período, quando ela passa a ser uma ferramenta política que atuava em diversos setores oprimindo a liberdade ideológica e de expressão. Devemos evidenciar que atuou a partir de atos políticos, como uma espécie de mordaza das mídias atuando em alguns casos de maneira silenciosa.²³

O boletim *Aconteceu*, edição especial, tem como conteúdo de suas páginas, acontecimentos veiculados na grande e pequena mídia. Fatos organizados de maneira sistemática, no caso da temática indígena são separados por etnias, território e período de publicação da notícia. Assim, de maneira sucinta, os acontecimentos são apresentados secundariamente, o que implica em dizer que a revista se apropria das informações para legitimar a luta indígena, afinal o principal objetivo da revista era de informar seu público alvo composto de: trabalhadores do campo, operários, índios, lideranças sindicais e agentes de pastoral.²⁴

²⁰ FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014. p.87

²¹ Idem. p.89

²² Idem. p.91

²³ Idem. p.91

²⁴ **Aconteceu. Boletim: Povos indígenas no Brasil**. 1980, 1981, p. 1.

Antes de entendermos as representações contidas nas páginas do periódico é necessário levar em consideração algumas discussões no âmbito historiográfico. Entendemos que ao analisar uma obra produzida pela imprensa brasileira é retornar ao passado via uma fonte riquíssima em detalhes, porém é necessário ter alguns cuidados já que o objeto está envolto de várias representações, alguns questionamentos e cuidados são necessários como percebemos na citação abaixo:

É preciso fugir de um tipo de abordagem que se dedica a analisar somente o texto pelo texto, sem preocupações maiores com tudo aquilo que o envolve. Assim, os pesquisadores da imprensa devem partir do princípio de que a produção de um impresso, seja um livro, um jornal ou uma revista, possui sua historicidade em consonância com as possibilidades existentes no momento de sua produção.²⁵

Como evidencia o autor é preciso se atentar para as disputas políticas e sociais que estão nas narrativas de uma revista ou outro periódico. Segundo a afirmativa do autor, devemos entender as intencionalidades por traz das narrativas encontradas em matérias, já que o próprio fato narrado pela imprensa passa pela mão de muitos profissionais antes de chegar ao mercado. Entender toda a cosmogonia ou boa parte das tensões que o periódico, livro ou revista está inserido, é perceber que em suas narrativas contém paixões, lutas ideológicas, partidarismos e estereótipos, sendo as informações vinculadas, eventos, fatos e catástrofes nas páginas de qualquer material impresso uma seleção cheia de intencionalidades seja ela do campo editorial, autor ou instituição que a produz sendo todos os eventos mencionados acima uma terceira força que acaba por influenciar a escrita do autor, grupo editorial ou historiador.

A imprensa começa ganhar significativas publicações envolta de novos métodos e teorias na década de 1970, historiadores passam a abordar periódicos com ferramentas metodológicas mais desenvolvidas, discussões até então não presente na academia brasileira visto a repressão da Ditadura Militar começam a ganhar força no Brasil, destacasse algumas mudanças como afirma a autora Tania de Luca esse desenvolvimento da escrita histórica envolvendo a imprensa, ocorre paulatinamente a partir de novas perspectivas que surgem com questões levantadas pela a escola do Annales, onde, novos paradigmas e perspectivas alavancados pela intitulada “Nova História”.²⁶

Uma das questões que deve ser compreendida e problematizada é a maneira que o discurso é construído nas páginas de qualquer material de circulação. Alguns autores defendem

²⁵ FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014. p.18

²⁶ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111

que o discurso é de suma importância para a construção da atividade informacional o que implica em dizer que o discurso fortalece sua própria hegemonia e as correntes contrárias a essa dominação²⁷, ou seja, o discurso seja ele do estado, setor, instituição e elite tenta se manter hegemônico entrando em um constante diálogo com os opositores e as mídias são de suma importância visto que perpetuam seus ideais pelas grandes massas.

Perceber como as narrativas do boletim foram construídas ao longo de suas publicações implica em perceber as intencionalidades contidas em cada página, sabemos que a intencionalidade da fonte e de mostrar aos distintos setores da sociedade do surgimento de uma *consciência indígena*²⁸ ou de uma organização nacional dos povos indígenas, isso é justificado através da sistematização de informações ligadas ao surgimento de distintas entidades ligadas a temática.

O declínio notório do domínio da ditadura militar abre brechas para setores que militem por seus interesses, se organize é comecem a lutar por uma construção de uma nação segundo seu anseios e vontades os indígenas são parte desse processo, não sendo remanejados ou levados por tendências de maneira passiva, como se não tivessem um senso crítico ou leitura a partir de suas perspectivas, principalmente o direito à propriedade. Uma das afirmativas do próprio periódico e que ele entra em choque com o senso comum²⁹ de que os povos indígenas vão desaparecer, para isso o boletim demonstra uma serie de dados estatísticos de época que apontam para o crescimento populacional dos indígenas no Brasil. Algumas etnias desenvolveram mecanismos de defesa ativa, que viabilizam sua convivência com a sociedade nacional³⁰ não podemos deixar de citar o sentimento que está contido nas páginas desse periódico, algo que se assemelha ao sentimento das diversas etnias em dar manutenção em seus direitos evidenciado na apresentação da obra.

Essa edição especial estará envolvida em um contexto político, a receptividade da obra por parte da sociedade aparenta ser positivo, visto a significativa melhora que o periódico vai demonstrando em cada ano de publicação sendo no ano de 1981 a sua primeira publicação apresenta um emaranhado de informações apresentado de forma sistêmica, e poucas publicações depois no ano de 1984.

²⁷ NJAINE, Katie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa em Regime de privação de liberdade. **Ciência, Saúde Coletiva**, vol. 07, nº 02, 2002.

²⁸ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil**. 1980, 1981, p. 1

²⁹ Para uma definição e discussão teórica sobre o sentido dessa expressão, ver: Geertz, C. O Saber local. pp.111-141.

³⁰ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil**. 1980, 1981, p. 1

Entender todos esses aspectos e olhar para o período de redemocratização no Brasil a partir do boletim *Aconteceu* e perceber que isso não ocorreu de forma pacífica e que como diversos setores da sociedade os povos indígenas lutaram por seus direitos enfrentando barreiras institucionais, ideológicas e cívicas. Nisto partiremos do entendimento da formação do CEDI visto que sua origem parte de um movimento eclesial, embora as tensões entre esse movimento e o Estado moldam as publicações ao longo do período analisado.

1.2) Origem do CEDI

O movimento político que ocorrerá dentro das igrejas na Europa nas décadas de 1950 ganha ressignificações e cunho próprio ao chegar no Brasil, embora seja notória a influência sofrida pelas igrejas no Brasil, nas quais há uma valorização e ambivalência de foco (Espiritual/Social) das instituições eclesiais, fazendo com que estas instituições desenvolvam práticas sociais próprias e distintas de outras épocas como vemos na citação abaixo:

Com isso, os anos de 1950 representaram um período de transformações significativas, também devido à penetração do pensamento teológico protestante do século XX no Brasil, até então bloqueado pelo contexto marcadamente fundamentalista e pietista. Desde seus primórdios o CMI estabeleceu entre as prioridades de ação a preocupação com a responsabilidade sociopolítica dos cristãos. Esta ênfase refletia-se na realização de seminários e publicação de reflexões sobre o tema.³¹

Envolvido em um contexto de mudança dentro do movimento teológico, atentaremos para o caráter político da instituição, evidenciando que não desprezamos o caráter religioso na formação do CEDI, porém a sua formação está ligada com uma conjuntura política que acaba por exigir de diversos setores da sociedade uma organização coletiva como vemos na citação abaixo.

A organização do Centro Ecumênico de Documentação e Informação está relacionada às exigências oriundas de uma práxis ecumênica *ampla*, desenvolvida a partir das necessidades e interesses da realidade cotidiana do povo, por meio de atividades voltadas para a *intersecção* entre “duas práticas sociais consideradas estratégicas: a eclesial e a dos movimentos populares”. A extensão das atividades empreendidas pelo CEI e a conjuntura política vivenciada pelo país proporcionaram e exigiram uma forma mais estruturada

³¹ BITTENCOURT FILHO, José. Protestantismo: avanços e tropeços. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro: CEDI, 12(249), jan./fev. 1990. p. 32.

de funcionamento, ensejando a fundação e institucionalização do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, em junho de 1974.³²

A conjuntura política no Brasil instiga nessas organizações uma forma de contraposição ao momento autoritário no país, primeiro no ápice do golpe civil militar no ano de 1964 surge o Centro Evangélico de Informações (CEI), em anexo a esse movimento a uma adesão/coesão e unificação de movimentos sociais a este movimento eclesialístico. Aqui não estamos demonstrando que a Igreja massivamente se contrapôs ao regime militar, afirmamos que a Igreja adere o Regime que lhe foi imposto a base de violência e política como vemos na citação abaixo:

Foi a partir de 1968, enquanto o clero católico se afastava do regime militar que os evangélicos passaram a dar um apoio ostensivo aos militares. Isso ocorreu tanto com pastores e leigos presbiterianos, presbiterianos independentes, metodistas, batistas, luteranos (em parte) e outros mais. Esse apoio pode ser facilmente rastreado nos jornais evangélicos da época, quer no noticiário como nos editoriais ou na ação de alguns líderes que chegavam a denunciar leigos de suas respectivas comunidades para as forças de segurança. Os pastores aliciados pelo regime cooperaram também participando de cursos da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e na ministração de aulas de moral e civismo em colégios públicos e particulares. Alguns evangélicos foram premiados com a indicação para cargos de governadores estaduais. Outros ocupariam altos escalões na administração pública municipal, estadual e federal.³³

Entendemos que em sua formação o CEDI ultrapassa o caráter teológico já que em seu quadro de construção encontramos intelectuais de áreas distintas, percebemos que há uma cisão dentro da própria Igreja, dividindo entre Conservadores (ligados ao regime militar no Brasil) e Liberais (ligados à oposição e as lutas pela democracia). O grupo que produziu o boletim *Aconteceu* que tinha como objetivo o fortalecimento dos movimentos sociais via aquisição das informações. O que estava acontecendo no país naquele momento para os idealizadores do periódico devia ser combatido com a informação visto a censura utilizada como ferramenta do estado autoritário. A importância da informação para os movimentos sociais se torna coluna para a construção de um novo período democrático no Brasil.

Em suma o CEDI como organizador de documentação e material informativo no contexto político vivido no final das décadas de 70 e início dos 80, em especial o governo

³² ABREU, Fábio Henrique de. **Do ecumenismo libertador à libertação ecumênica**: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994). Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010 p.148.

³³ CAMPOS, L. S., ELIANE MOURA DA SILVA, KARINA K. BELLOTI (Orgs.). **Religião e Sociedade na América Latina**. S. B. do Campo: UMESP, 2010. p. 170.

Figueiredo que em meio ao caos das greves e insurreições populares e golpeado por informações sistematizadas como vemos na citação abaixo que a partir da formulação de um dossiê:

Por ocasião do Governo Figueiredo, que se deparou desde o início com greves de diversas categorias em todo o país, o grupo do CEDI também preparou, no ano de 1979, um dossiê intitulado “O Povo se Mexe”, que intentava cobrir esse “rico momento dos movimentos sociais no país”. Com a realização da reunião católica em Puebla (1979), o grupo do CEDI, a partir de seu setor de *documentação*, preparou um documento intitulado “Repressão à Igreja no Brasil”, que se destacou como a publicação, desenvolvida pelo grupo, que teve a maior divulgação e impacto na opinião pública do país, colocando o CEDI numa importante posição frente à sociedade.³⁴

O CEDI teve grande importância para a história brasileira, seja na militância, organização de eventos, assessoria jurídica e publicação de informações, as intencionalidades nas páginas do periódico demonstram o posicionamento do corpo editorial, e da própria *Aconteceu*, que é uma postura contrária ao Governo vigente, embora isso não deixa de evidenciar as diversas formas que os indígenas atuaram como protagonistas de sua própria história é como foram representados nas páginas do boletim *Aconteceu*, de como o CEDI colaborou para os indígenas auxiliando-os em organizações ou denunciando crimes cometidos pelo Estado e iniciativa privada.

O ponto de partida é um período em que a liberdade estava cerceada por um regime autoritário atentando para o começo da construção da “democracia conhecida hoje”, evidenciaremos a luta das diversas etnias por seus direitos e bem como os mesmos militaram para a inserção dos seus direitos na constituição de 1988. Em suma os indígenas tiveram papel fundamental nas conquistas de direitos presentes hoje na constituição de 1988, embora isso não tenha ocorrido de maneira passiva ou benevolente. Assim, as diversas etnias buscaram a partir de embates com órgãos e a iniciativa privada a manutenção de seus direitos.³⁵

1.3) Aconteceu boletim: Povos indígenas no Brasil

³⁴ ABREU, Fábio Henrique de. **Do ecumenismo libertador à libertação ecumênica**: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994). Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010 p.153.

³⁵ Munduruku, Daniel. Educação Indígena: Do corpo, Da mente e Do espírito. In: Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - Instituto C&A. (Org.). Nos caminhos da literatura. 01ed.Sao Paulo: Editora Petrópolis, 2008, v. 01, p. 14-236.

O periódico analisado e encontrado no acervo do projeto “Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil” disponível na internet³⁶ o CEDI e o CEI têm seus trabalhos de 1964-1994 publicados. Não nos atentaremos para as mudanças do CEI, já que o periódico passou a ser chamado de “Tempo e Presença” – tal como permanece hoje. Queremos deixar claro que o boletim aconteceu tem vinculado nesse acervo de 183 edições, algumas temáticas como: trabalhadores rurais no Brasil (13 edições), educação no Brasil (19 edições) ainda tem a *Aconteceu* fatos vinculados a imprensa (192 edições), *Aconteceu* no mundo evangélico (88 edições) e índios no Brasil. Nosso enfoque será a análise dos números especiais sobre os povos indígenas, analisaremos apenas a edições do ano 1980 “edição especial de número seis” até a “edição especial de número dezessete” 1985/1986.

Destacamos o valor da assinatura anual do *Aconteceu* que era de; Cr\$ 300,00 pagáveis em cheque, assinatura de apoio de Cr\$ 1.200,00 e o preço desse *Aconteceu* unitário era de Cr\$ 100,00 que era vendido avulso. A produtora do periódico era a Tempo e Presença Ltda. Em que o diretor da obra era Domício Pereira de Matos, o coordenador Paulo Cesar loureiro Botas, o conselho editorial era composto de Carlos Alberto Ricardo, Letícia Cotrim, Zwinglio Mota dias Carlos Rodrigues Brandão, Jether Pereira Ramalho, Eliseu Lopes, Carlos Mesters e Beatriz Araújo Martins. O *Aconteceu* especial teve como editor José Ricardo Ramalho.³⁷

Essa edição especial surge do anseio de setores militantes da causa indígena e uma preocupação da situação indígena no país como vemos na citação abaixo;

Uma profunda preocupação político-metodológica que viabilizasse a cooperação de vários segmentos do campo político pró-índio, levou o CEDI à consolidação de uma extensa rede de colaboradores voluntários, não só para fornecer um mapeamento fidedigno da situação indígena no país, como também para apoiá-los em seus projetos de futuro. Esta rede de colaboradores do programa chegou a possuir mais de mil participantes do país e do exterior, entre antropólogos, linguistas, missionários, fotógrafos e profissionais de saúde, procedentes de diferentes vinculações institucionais.³⁸

Esse material e uma produção de colaboradores que acompanhavam distintos acontecimentos na imprensa e em suas regiões. Entender como o indígena é representado nas páginas do *Aconteceu* e perceber como o periódico evidencia o protagonismo indígena na luta por sua participação na democracia que estava sendo construída no Brasil, sendo que os indígenas construíram ferramentas que serviram de mecanismo de defesa contra as violências

³⁶ <http://www.koinonia.org.br/protestantes/acervo> acessado em 12/05/2018 as 17h

³⁷ *Aconteceu*. Boletim: Povos indígenas no Brasil. 1980, 1981, p. 1

³⁸ ABREU, Fábio Henrique de. **Do ecumenismo libertador à libertação ecumênica**: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994). Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010 p.172.

cometidas pelo estado, instituições e latifundiários. Em suma mesmo entendendo que as representações contidas nas páginas do *Aconteceu* são fruto de um tempo e de uma relação entre diversos setores da sociedade, no segundo capítulo aprofundaremos a análise do protagonismo indígena no periódico.

CAPÍTULO 2

AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NAS PÁGINAS DO *ACONTECEU*

A temática indígena tem sido alvo de pesquisas e trabalhos nas últimas décadas, dentre os inúmeros trabalhos alguns historiadores se destacam na problematização e na construção da história indígena nos dias atuais. Podemos citar algumas obras como a de Manuela Carneiro da Cunha³⁹, John Manuel Monteiro⁴⁰, João Pacheco de Oliveira⁴¹, Mauro C. Coelho⁴², Davi YANOMAMI, Kopenawa⁴³ e Ailton KRENAK⁴⁴, que colaboraram significativamente para a nossa compreensão da temática indígena.

A história clássica que formava boa parte dos intelectuais brasileiros alguns preconceitos e estereótipos forma sendo construídos, sendo um exercício simples encontrar nessa historiografia clássica e em outras áreas como a antropologia esse tipo de representação visto a gama de metodologias e conceitos desenvolvidos pela historiografia atual, por inúmeras vezes os indígenas eram retratados como um estágio evolutivo que partia dos sem cultura, ou seja, sem organização social, sem sistema político, em síntese “Primitivo”, para um sistema civilizado, destacamos as mudanças significativas no final da década de 1970, embora alguns

³⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In: Manuela Carneiro da CUNHA (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 9-24.

⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

⁴¹ OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A presença Indígena na formação do Brasil. Brasília: MEC/Secad; LACED/Museu Nacional, 2006.

⁴² COELHO, Mauro C. **Do sertão para o mar**: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2005.

⁴³ YANOMAMI, Davi Kopenawa. Descobrimos os brancos. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 15-23

⁴⁴ KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.23-33

autores afirmem que ainda este tipo de visão estava presente neste período como vemos na citação abaixo:

Até os anos 1970, os índios, supunha-se, não tinham nem futuro, nem passado. Vaticinava-se o fim dos últimos grupos indígenas, deplorava-se sua assimilação irreversível e a sua extinção tida por inelutável diante do capital que se expandia nas fronteiras do país. A ausência de passado, por sua vez, era corroborada por uma dupla reticência, de historiadores e de antropólogos. A reticência dos historiadores era metodológica, e a dos antropólogos, teórica.⁴⁵

Como é evidenciado na citação acima; as mudanças na década de 1990 estão no cunho da abordagem teórico-metodológico. Já que após a esse período a Antropologia, a Sociologia, a História e outras ciências sociais tem reconstruído aquilo que foi negado pelas narrativas sobre a temática indígena. Porém, mesmo com essas mudanças de abordagem e de narrativa se deve entender que muitos textos dessas décadas ainda contem traços dessa historiografia clássica exemplo o romantismo e o primitivismo encontrado em obras produzidas pelo IAHGB.

É compreensível que depois de séculos de narrativas e discussões sobre o tema algumas obras contenham problemas de abordagem e de compreensão, o que não é mais aceitável e estereótipos em narrativas de cunho científico, visto a gama de métodos e produções sobre a temática. Porém julgamos a necessidade de evidenciar o protagonismo indígena visto que apesar das significativas mudanças encontramos representações problemáticas dentro da historiografia como destaca alguns autores como no trecho abaixo:

Mesmo assim, parecem prevalecer entre os historiadores brasileiros ainda hoje duas noções fundamentais que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional. A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos: são, antes, do domínio da antropologia, mesmo porque a grande maioria dos historiadores considera que não possui as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos que, portanto, se mostram pouco visíveis enquanto sujeitos históricos. A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. Aliás, é uma abordagem minimamente compreensível, diante do triste registro de guerras, epidemias, massacres e assassinatos atingindo populações nativas ao longo dos últimos 500 anos.⁴⁶

⁴⁵ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992. p. 9-24 Para outros detalhamentos ver a obra da mesma autora: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.125

⁴⁶ MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas: Tese de Livre Docência/UNICAMP, 2001.

A partir do relacionamento europeus/indígenas principalmente no caso específico do Brasil, as narrativas produzidas por intelectuais e artistas a partir do século XVI criam uma representação que por várias vezes insere o indígena como um elemento da natureza. Isso implica em dizer que mesmo pensando na causa indígena no período de redemocratização não tem como segmentar-se de toda a trajetória é “carga histórica” que a temática indígena carrega ao longo da história. Os exploradores, artistas, religiosos e intelectuais que escreviam e viajantes ao longo do território brasileiro construíram as primeiras imagens dos povos indígenas ainda destacamos o papel fundamental do IHGB na construção da imagem do índio no Brasil exemplo da maneira Varnhagen o descreve:

Quanto aos índios, pouco ou nada se haviam melhorado. Ou seguiam nos bosques matando-se e comendo-se uns a outros ou, a custa de esforços, gastos e sacrifícios, se chegavam por muito favor a aldear sem vantagens decididas para a sociedade⁴⁷

Para o autor citado acima a escravidão do indígena era justificada visto o processo de desenvolvimento da sociedade Brasileira, sendo destacado a crença do autor que em consequência do desenvolvimento da civilização e do embranquecimento da nação corroborava com o desaparecimento dos indígenas a partir de um processo de amalgamação⁴⁸, assim escrever sobre a temática indígena é percorrer por séculos de discussões sobre o papel do indígena na sociedade. Então escrever sobre a temática indígena e militar por uma narrativa que minimamente acrescente um conhecimento da pluralidade étnica no Brasil, ou que minimamente ajude na construção de ferramentas que ajudem a elucidar e evidenciar a luta dos povos indígenas contra a violência sofrida tanto no campo, quanto no meio urbano com a inserção de seus indivíduos em outros setores da sociedade. Para captar a maneira que os indígenas são representados no boletim é utilizado o conceito de representação conforme o historiador Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas s interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.⁴⁹

⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.66

⁴⁸ Khaled Junior, Salah H. Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX [recurso eletrônico] / Salah H. Khaled Jr. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988 p.17

Entendemos que as diversas pesquisas, bem como a militância dos próprios indígenas via “movimento indigenista” tem agalgado ganhos significativos, um deles e alvo central da pesquisa que resulta no direito de cidadania dos indígenas na constituição de 1988, bem como ganhos relacionados com a valorização de suas especificidades sociais, políticas, cultural e religiosa⁵⁰. Outro ganho está relacionado com a lei 11.645/2008⁵¹ que apesar de sua limitação e problemas na sua aplicabilidade acaba por modificar os currículos escolares da educação básica, tornando obrigatório o ensino relacionado com a história/cultura dos povos indígenas no Brasil.

Reiteramos aqui que apesar das significativas obras acerca da temática indígena ainda existem inúmeros aspectos que precisam ser evidenciados sobre a participação dos indígenas, como a participação indígena na economia, na política e sua resistência a dominação de seu território. Há uma militância da maioria dos escritores da temática indígena em reconhecer em suas análises o protagonismo tanto na história do Brasil quanto na história das Américas. Esse capítulo analisará as páginas do boletim *Aconteceu*, partindo das dificuldades de trabalhar a temática indígena, já que dentro da própria historiografia as mudanças são significativas em trabalhar a temática indígena.

2.1) Povos indígenas no Brasil no ano de 1980

Por diversas vezes os povos indígenas tem se relacionado com o homem branco de forma truculenta, embora a noção de resistência acaba por demandar do indígena um passividade que o enquadra em uma relação causa consequência, ou seja e inquirido dos indígenas uma ação somente a partir de um evento que têm primazia branca. Embora os indígenas têm se demonstrado protagonistas de vários eventos que partem de sua lógica, organização e entendimento, uma delas e na maneira que os mesmos tem lidado com os conflitos no campo, para isso deve-se perceber que toda estrutura social parte de uma relação dialética entre povos, pessoas, cidades e etnias.

Para melhor compreensão dos eventos no campo, visto ocorrerem na lutas significativas dos povos indígenas por manutenção de seus direitos a propriedade é necessária uma compreensão de como a sociedade tem construído ao longo de séculos uma representação da propriedade pública e privada, visto a grande quantidade de eventos nas páginas do boletim que

⁵⁰ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

⁵¹ BRASIL, **Lei n. 10.639 – 09 de janeiro de 2003**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

envolvem os indígenas e a terra principalmente no choque público e privado. A propriedade rural ao longo dos anos tem adquirido um caráter político e de status social, os indígenas adentram nesse movimento na luta por uma construção de uma legislação reguladora entre o público e privado alterando a legislação segundo os seus anseios.

As tensões no campo envolvem inúmeros fatos que perfaçam a lógica econômica, são eles simbólicos, culturais, patrimoniais e étnicos embora seja notório nas páginas do *Aconteceu* dicotomias entre: indígenas/latifundiários, indígenas/propriedades rurais e indígenas/estado. Há uma opção do periódico em demonstrar a relação dos indígenas a partir de duas vertentes, uma evidenciando falas indígenas com teor politizado, ou seja um asseio por voz ativa na política e outra que parte de um viés econômico, retratando o relacionamento entre os latifundiários e interesses do “grande capital” que exercem uma violência explícita, visto os dados demonstrarem a impunidade em relação aos crimes cometidos no campo. Por outro lado, a violência cometida pelo estado se demonstra genocida, visto que ocorre de forma institucional matando de maneira silenciosa e cruel; a violência é negada por em alguns casos envolverem indenizações que se demonstram irrisórias mediante aos danos causados.

Para entendermos a formação dos latifúndios devemos levar em consideração a discussão do texto “*Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da Terra no Pará*”⁵² já que uma das inquietações do autor dessa obra são os altos índices de violência no campo com trabalhadores no Brasil. A captação de dados e sua problematização ajudam no entendimento de como o processo de luta de diversas famílias e de inúmeras etnias pelo direito a terra é violento, o processo de ocupação do território, bem como a formação da propriedade privada, ocorreu de forma paulatina e que um contexto histórico envolvendo diversos setores da sociedade influenciaram na construção de mecanismos legislativos e sociais que organizam o campo. Para este autor o processo de ocupação se divide em 4 períodos: regime sesmial (1500-1821), regime de posse(1821-1850), regime da Lei de Terras (1850-1889) e período republicano (1889 até os nossos dias).

No período pertinente ao recorte aqui analisado a maneira que os militares lidam com a terra, visto que posterior a abertura política os mesmos continuaram a deter um grande controle sobre a elaboração da política de ocupação, principalmente na Amazônia, para referenciar um dos exemplos foi o Projeto Calha Norte que continuou a manter vivo o binômio segurança e desenvolvimento o que gera um conflito, já que para alguns setores da sociedade os indígenas

⁵² TRECANNI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da Terra no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2006.

são relacionados como obstáculos ao desenvolvimentos, já que não utilizam de maneira correta os recursos em suas reservas.

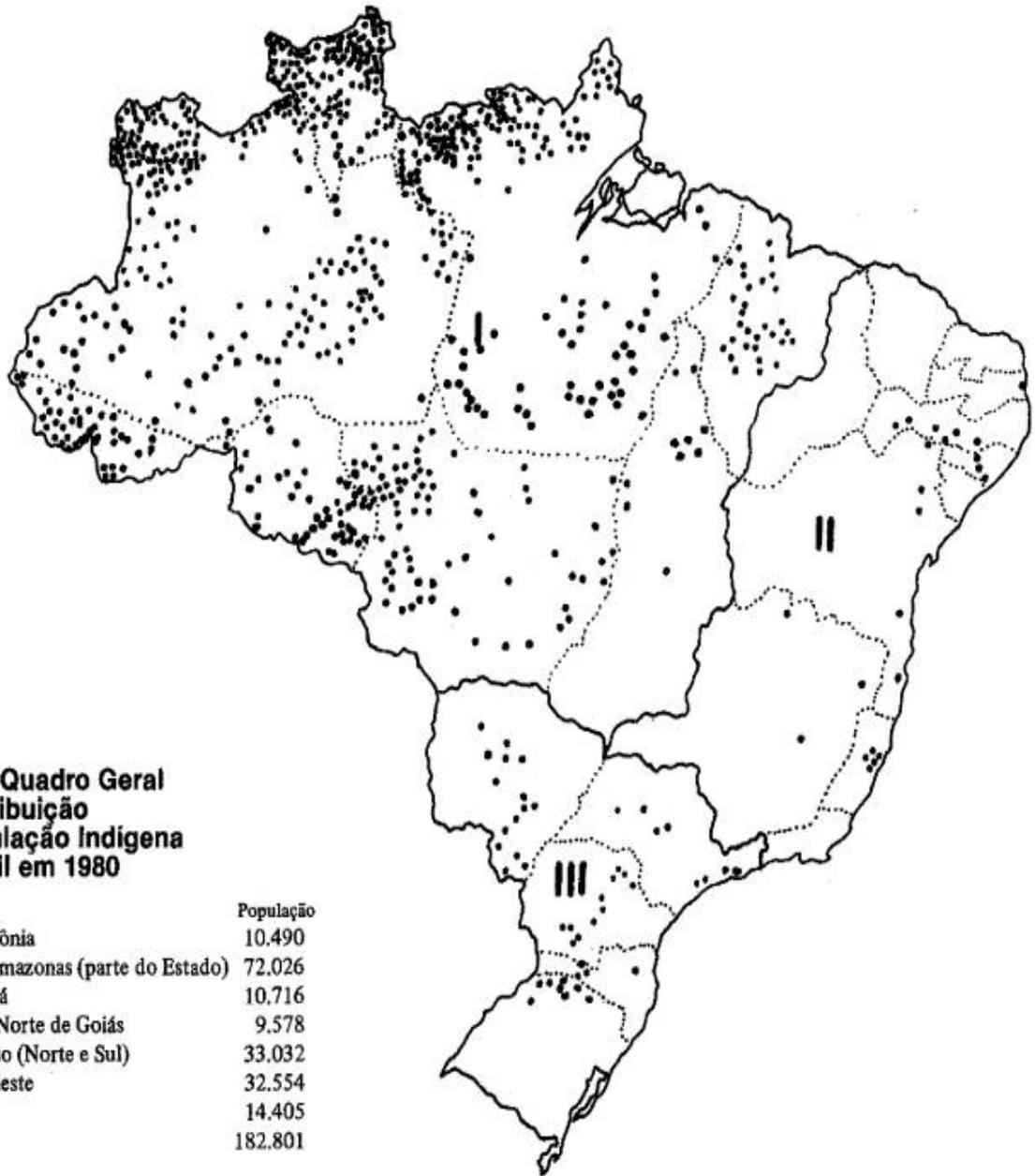
Em suma, entender que o campo tem se tornado um local de disputa e embates violentos é perceber que os indígenas são envolvidos em disputas tanto territoriais quanto simbólicas visto os sistemáticos eventos envolvendo distintas etnias. Dessa forma, compreendê-las se torna de suma importância diante da crescente violência que as etnias têm sofrido nos últimos anos como evidencia o trabalho do Conselho Indigenista Missionário:

Em muitos países do mundo (como, por exemplo, Japão, Coreia do Sul, Itália) a reforma agrária foi instrumento de democratização do País. Em outros, (como, por exemplo, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra) a preservação da propriedade familiar foi condição fundamental para a consolidação do processo democrático e do desenvolvimento econômico. Isso não aconteceu até hoje no Brasil, assim como em vários outros países da América Latina, onde a propriedade da terra continua concentrada nas mãos de um pequeno grupo de famílias e empresas.⁵³

A citação acima evidencia que no território brasileiro há uma monopolização da propriedade da terra sendo que uma pequena porcentagem da população brasileira detém o patrimônio, uma pequena parcela da sociedade a terra passa ter um caráter social para os cidadãos brasileiros, os grandes latifúndios que tem se formado principalmente no norte do país tem gerado grande violência no campo, as comunidades indígenas tem buscado se organizar e cada vez mais para militar pelo direito de propriedade. O direito de moradia é de propriedade acabaram se tornando causa pétreia para sociedade brasileira sendo uma questão social e política tendo suas próprias características e especificidades no território brasileiro os indígenas demonstram seu protagonismo se envolvendo em distintas tensões em busca de seus direitos.

Nas páginas do *Aconteceu* são relatados acontecimentos em todas as regiões do país é em distintas temporalidades, são para além de notícias referentes aos povos indígenas um panorama da situação das inúmeras etnias no Brasil, apesar de não conseguirem quantificar todos os eventos envolvendo os indígenas no Brasil visto a inviabilidade de tal levantamento, têm-se no ano de 1981 referente ao ano de 1980 mais de 250 casos catalogados, como já citado são notícias vinculadas em distintos jornais de distintas regiões, seja um periódico como *A Crítica* de Manaus ou *Folha da Tarde* de São Paulo, as etnias são catalogadas e distribuídas da seguinte maneira no Brasil no ano de 1980;

⁵³TRECANNI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da Terra no Pará.** Belém: UFPA/ITERPA, 2006, p. 405



**Mapa e Quadro Geral
da Distribuição
da População Indígena
no Brasil em 1980**

	População
Acre/Rondônia	10.490
Roraima/Amazonas (parte do Estado)	72.026
Pará/Amapá	10.716
Maranhão/Norte de Goiás	9.578
Mato Grosso (Norte e Sul)	33.032
Leste/Nordeste	32.554
Sul	14.405
Total	182.801
Grupos arredios	15.000
Destribalizados	30.000*
Total Geral	227.801

Fonte: Dados apresentados pelo Pe. Egidio Schwade. Atualizados em 1980.

* Segundo pesquisas da Universidade do Amazonas (1976) são estimados em Manaus 10.000 índios destribalizados.

No mapa acima demonstra a presença bem como a variedade de diversas etnias em todo o território brasileiro dividido em três regiões; na Região Norte as seguintes etnias (Arara, Nambiquara, Apurinã, Parakanã, Bororo, Suruí, Cinta Larga, Tapirapé, Gavião, Tembé, Gorotire, Tikuna, Guajá, Txukahamãe, Guajajara, (Tenetehara), Uru-weu-wau-wau, Karajá, Waimiri-atroari, Kaxinawá, Xavante, Krikati, Xerente, Maku, Xikrin, Palikur-galibí, Coxodoá (Marimã), Karipuna, Makuxi, Yanomami e Sataré-maué). Região Leste (Potiguara, Kapináva, Fulniô, Tingui, Pankararu, Wassu, Xukuru-Kariri, Xakriabá, Xokó-kariri, Maxakali, Xokó, Krenack, Tuxá, Tupiniquim, Pankararé, Guarani, Kaimbé, Pataxó e Kiriri) e Região Sul (Kaingang, Guarani, Terena, Xoklég e Kadiwé) sendo notório tanto por discussões científicas quanto pelos próprios dados fornecidos no periódico que há um aumento exponencial e que se torna quase que impossível rastrear e quantificar a diversidade de etnias no território brasileiro, visto que não é raro etnias menores viverem enclausuradas dentro de outras maiores bem como etnias viverem “isoladas” da sociedade branca como ressalva também alguns autores⁵⁴.

Ainda destacamos o leiaute do boletim, de como a notícia e fornecida a seu assinante, já que as mesmas são estruturadas por tempo (dia e mês), região e etnia exemplo;

JULHO

7

Policiais atacam índios Apurinã à bala

Na última terça-feira cinco policiais militares apoiados por rancheiros atacaram a bala um grupo de Apurinã no km 14 da BR-317, município de Boca do Acre (AM), na área indígena ocupada por 29 famílias de colonos paranaenses. Os índios – inclusive mulheres, crianças e velhos – estão escondidos na mata. (A Tribuna – Santos)

..

55

Como e representado na imagem acima, o boletim coletava as informações a partir da sua rede de colaboradores, sistematizava essas informações juntamente com discursos, reivindicações e encontros e produzia um material em que para além de informar servia como mecanismo de propagação da luta pela causa indígenas, supõem-se que os indígenas viam no boletim uma forma de trazer notoriedade a sua causa destacando que o grau de conscientização e politização da causa varia de um grupo para outro, para que não ocorra o erro de homogeneização através de uma causa comum.

⁵⁴ MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6MZRNldDlnoC&pg=PA5&hl=ptbr&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false.

⁵⁵ Imagem retirada do Aconteceu (Boletim: Povos indígenas no Brasil 1980, 1981, p. 5)

O ano de 1980 é repleto de tensões no campo e na cidade, a sistematização das informações no boletim *Aconteceu* são um exemplo da movimentação dos indígenas em busca de seus direitos. A grande maioria dos conflitos que foram apresentados no periódico por um lado ocorrem entre diversas etnias como as referenciadas no ano de 1980, exemplo: e por outro entre povos indígenas combatendo grandes e pequenos proprietários de terra. Tensões de cunho Político demonstram a autonomia dos indígenas quando se trata da defesa de seus interesses exemplo da fundação de organizações ou reivindicação de caráter político, seja ele individual ou coletivo, exemplo da notícia; (Índios Apurinã não concordam com comissão mista) em que dois líderes dessa mesma etnia foram detidos e impedidos de chegar até Brasília, sendo destacado a negação dos mesmos de se formar uma comissão pela FUNAI e Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA)⁵⁶ aqui expõe a insatisfação dos indígenas em serem representados por outrem ou por instituições que estão contrários a seus interesses.

Ainda uma parcela significativa de tensões envolvendo a Terra como propriedade, os acontecimentos em que a propriedade é o objeto de conflito se demonstra rotineiro nesse momento de instabilidade no país, sendo relatado e denunciado por diversas etnias aos órgãos competentes exemplo na notícia intitulada “Líder indígena denuncia demarcação errada de suas terras” na qual é relatado que o líder Tuxaua Ponciano da Silva, encaminhou uma carta aberta a FUNAI sobre os limites invadidos de suas terras;

SETEMBRO

3

Líder indígena denuncia demarcação errada de suas terras

O tuxaua Ponciano da Silva, que lidera 27 famílias Makuxi, na região de Sucubá, território federal de Roraima, distribuiu ontem Carta Aberta à FUNAI afirmando que os limites da demarcação que está sendo procedida em seu território estão errados e não podemos aceitá-los.

Em nome da comunidade que lidera, Ponciano da Silva afirma que “somos índios de paz, mas querendo guerra, estamos unidos e dispostos e não queremos nem cortes de terras e nem de gente”. (A Crítica – Manaus)

57

É por fim destacamos a violência mútua da relação indígenas/homem branco o que gera vários eventos de cunho criminal, destacamos que essa violência pode ocorrer tanto por agressão física quanto por simbólica,⁵⁸ a exemplo dos índios da etnia Txukahamãe, do Parque Nacional do Xingu, que mataram a golpes de borduna, na rodovia BR-080 invasores de suas propriedades. Esse conflito foi contra os trabalhadores que tinham sido contratados para

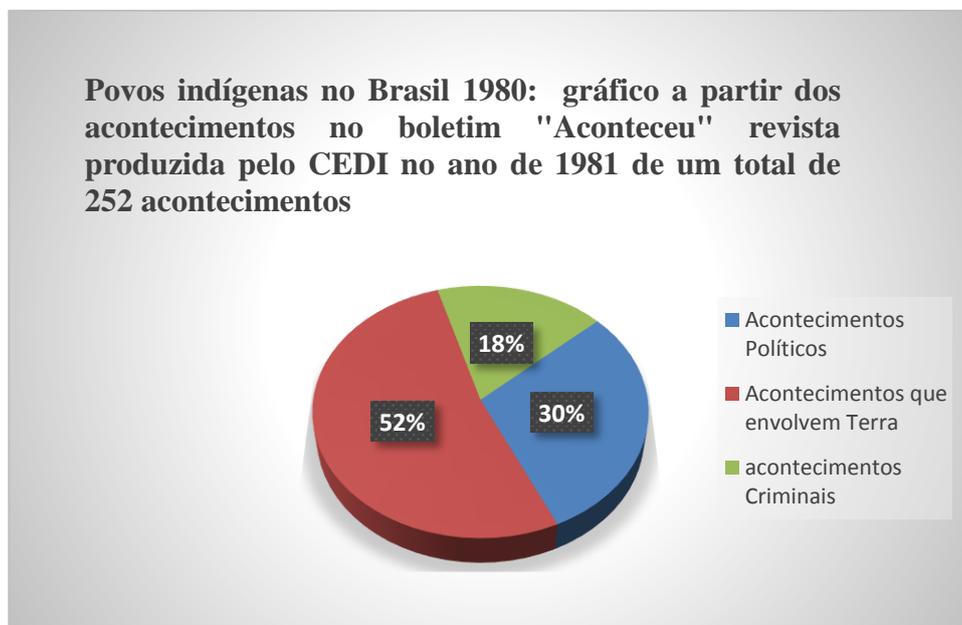
⁵⁶ Aconteceu (Boletim: Povos indígenas no Brasil 1980, 1981, p. 9)

⁵⁷ Imagem retirada do Aconteceu (Boletim: Povos indígenas no Brasil 1980, 1981, p. 11)

⁵⁸ A nota do *Aconteceu* é a seguinte “Índios emboscam peões e matam 10 no Xingu”

desmatamento da área na margem do rio Xingu⁵⁹ região que se tornou volátil por ser divisa de reservas indígenas. Ainda destaca-se casos semelhantes ao da etnia Pankararé, em que à aldeia se reuniu para conseguir fomentos para alguns representantes irem até Brasília para comunicar o assassinato de seu líder, nesse caso há um acontecimento criminal ligado a terra como patrimônio, visto a morte do Cacique Ângelo Pereira Xavier ser motivada por um conflito de interesses do privado e do coletivo.

Descodificando os acontecimentos contidos nas páginas do boletim *Aconteceu*, nota-se uma maior residência de características envolvendo as tensões tanto no ano de 1980 tal como nos anos seguintes, partindo do pressuposto que se pode mensurar esses acontecimentos a partir de eixos temáticos, visto que a maioria deles envolvem terra (tensões por demarcações ou invasões), violência seja ela contra o indivíduo(índio) ou o coletivo (grupos de índios ou não índios exemplo garimpeiro e seringalistas) e político (que necessita da parte dos indígenas uma organização política), no boletim publicado no ano de 1981 mais de 250 acontecimentos registrados em vários segmentos da imprensa brasileira, sendo assim é proposto um gráfico que minimamente traça o panorama do contexto vivido pelos indígenas nesse processo de redemocratização:



No gráfico temos 18% dos casos relacionados com crimes ao indivíduo ou coletivo, 30% envolvendo notícias que evidenciam a necessidade de uma organização política e 52%

⁵⁹ Aconteceu (Boletim: Povos indígenas no Brasil 1980, 1981, p. 16)

envolvendo a terra como patrimônio. Os dados aqui levantados demonstram como os estereótipos foram sendo formados a partir das tensões envolvendo povos indígenas e distintos setores da sociedade, os eventos acabam por corroborar com violências contra os povos indígenas ou a insatisfação dos mesmos em terem seus direitos negligenciados, principalmente o direito à propriedade como demonstra o gráfico, já que os acontecimentos no Brasil no ano de 1980 estão relacionados com a terra e a manutenção dela como propriedade é inegável a articulação indígena pela manutenção de seu direito a propriedade, temos aspectos em alguns acontecimentos que evidenciam o seu papel principal em negociações envolvendo seus interesses como na notícia a seguir;

24

Invasão pode gerar luta

Em carta aberta dirigida ao presidente da FUNAI, os índios Wapixana, Makuxi e Yanomami, de Roraima, depois de vários dias reunidos em Surumu para decidirem que posição adotar em relação à suspensão da demarcação de suas terras, alertam o governo contra a invasão de suas reservas e ameaçam lutar por seus direitos. Os indígenas denunciam que políticos e o governo de Roraima estão impedindo que a FUNAI continue a demarcação de suas terras, procurando “tirar nossos direitos e dar para aqueles que tem dinheiro, não olhando sequer para nós, pobres índios que sofremos carência de alimentação e assistência”. (Diário do Grande ABC – SP)

60

A notícia acima evidencia o poder de argumentação dos indígenas mediante a denúncia a FUNAI, o argumento de autoridade utilizado pelos indígenas para terem seus anseios atendidos parte primeiramente expondo as lideranças locais, mediante serem partidários as vontades daqueles que têm dinheiro é denunciando a carência de alimentação e assistência, a denúncia parte de um lógica indígena, visto que o Governo local não garante os direitos básicos a vida é agora retiram o direito de propriedade atrapalhando as demarcações de terras.

Ainda temos inúmeros casos em que os indígenas lutam por seus direitos mesmo quanto eles se chocam com interesse de grandes Empresas do ramo energético, mineral e pecuário, visto que essas empresas acabam invadindo as terras indígenas seja para instalação de usinas, quanto para a construção de estradas que cortam as reservas indígenas. Destaca-se o evento na região norte, em que envolve a indenização recebida pelos índios Gavião⁶¹, é firmado um acordo entre a empresa Eletronorte e os indígenas, tanto nesse caso como em outros percebe-se o protagonismo indígena, visto que a maneira que essa etnia lida com as propostas que lhe são ofertadas se demonstram únicas, já que tanto a perspectiva indígena quanto aplicabilidade dos

⁶⁰ Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil 1980, 1981, p.11

⁶¹ Aconteceu. Boletim: Povos indígenas no Brasil. 1980, 1981, p. 7

fomentos estão contidas dentro de uma lógica própria indígena, em que o coletivo (etnia) está acima de qualquer outro interesse.

Primeiramente tem-se uma demonstração de planejamento, bem como de projeção futura, visto o poder de negociação, articulação e aplicação do recurso adquirido na negociação entre ambas as partes, uma clara demonstração do protagonismo indígena está no momento de acerto das quantias, já que é pedido pelos Gavião 83 milhões de cruzeiros contrapondo a oferta da empresa que afirmava ser de no máximo 30 milhões mas toda a madeira que fosse cortada para a instalação das linhas de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí. O acordo acaba por ser firmado em 40 milhões de cruzeiros sendo o ponto interessante não o fato de ser pago a indenização mas sim como é utilizado o recurso já que a comunidade utiliza destina 10 milhões em benfeitorias na aldeia, sendo até 6 milhões utilizados imediatamente é 30 milhões aplicado na caderneta de poupança da Caixa Econômica de Marabá.

O gráfico ainda nos fornece o quantitativo de 30% dos casos serem relacionados com tensões que necessitam de uma organização política, o ano de 1980 há uma gama de organizações que surgem de uma necessidade de representação indígena, um bom exemplo relatado é a reivindicação do cacique Xavante Mário Juruna⁶², que nesse momento há um embate entre a entidade FUNAI é a recusa do cacique de ser emancipado a partir de estudos sobre a responsabilidade civil do índio, para ele seria viável que os próprios indígenas criassem sua federação como existe em outras nações.

Aqui o que nos importa não é o estudo político do caso, mais compreender que a partir da fala de Juruna a um anseio é um clamor para a independência política dos indígenas ou subentende-se que ansiavam por se auto representar o que era visto de maneira negativa por alguns setores, principalmente das autoridades que estavam envolvidas com o tema, já que para alguns se tratava de uma insurreição dos povos indígenas contra a soberania do Estado.

Um dos casos mais emblemáticos estava na tentativa de uma união política e militante dos indígenas, exemplo das quinze nações indígenas que apoiam a criação da UNI (União das Nações Indígenas) essa discussão bem como a formulação do projeto é encabeçada por Mário Juruna (Xavante), Domingos Veríssimo Marcos (Bororó), Paulo Miriacureu (Terena) e José Augusto (Potiguara), para eles a UNI seria a fusão da Unind, criada por estudantes indígenas de Brasília com o projeto da federação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul⁶³, o interessante é que nesse momento os indígenas pedem o apoio da FUNAI afirmando que não

⁶² **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil** 1980, 1981, p.39

⁶³ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil** 1980, 1981, p.38.

dependem da mesma para a aprovação de seus projetos mas que haja um posicionamento por parte da entidade.

A negação de setores é evidenciada no exemplo do delegado da 12ª delegacia da FUNAI, em Bauru, Villas Boas que vê a união dos indígenas como uma organização inconstitucional; segundo ele “O Brasil é dividido em Estados, Territórios e um Distrito Federal, e depois vem a divisão em municípios. Se todos resolvessem fundar uma confederação, poderiam surgir confederações dos italianos, dos japoneses e outras”⁶⁴. Aqui devemos perceber que para Villas Boas a organização dos indígenas pressupõe somente uma associação que ameaça à soberania nacional, abrindo legalidade para pessoas que possuem traços e ancestralidades em comum possam fundar suas próprias federações, o que não aparenta ser, aqui entendemos que a união das etnias está entrelaçada com uma defesa comum, ou seja as organizações pressupunham uma luta em defesas de seus direitos e não a independência e soberania como nação abrupta da brasileira.

2.2) Uma coletividade que se organiza

Desconstruindo a imagem estereotipada que é vinculada em alguns veículos de comunicação de uma representação dos povos indígenas como ingênuos que dependem de intervenção externa para interceder em suas causas demonstraremos como ao longo do processo de redemocratização os indígenas lutaram por seus direitos se organizando paulatinamente até adentrarem no processo de constituinte. Essa organização rompe com fronteiras do país o que implica em dizer que os povos indígenas na América têm se organizado em busca de seus direitos como vemos no *1º Congresso de Movimentos de Índios da América do Sul, em Cuzco* ocorrido no ano de 1980, em que se reuniram 500 representantes de 29 milhões de indígenas.

Entendemos que a reunião e contida de várias representatividades dentre elas destacamos o local já que se trata da antiga capital do império Inca⁶⁵ para os povos indígenas nesse encontro o grande ponto central e a aplicabilidade das conquistas passadas, subscritas na *Declaração Universal dos Direitos dos Povos* discutida na Argélia em 1976. Ainda destacamos que o controle por parte dos militares era exercido nesse período, mesmo assim os indígenas lutavam por sua independência política, exemplo da luta entre o líder Juruna já citado acima e o estado no caso do tribunal Russel, este tribunal foi realizado em Roterdã na Holanda, e que

⁶⁴ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil** 1980, 1981, p.38

⁶⁵ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil** 1980, 1981, p.40.

suga simbolicamente as mazelas sofridas por povos indígenas nas Américas⁶⁶ o veredito era baseado em atas e acordos internacionais exemplo da ata final de Helsinque, em 1975 o indígena é convidado a ser jurado no caso, sendo repudiado por parte do Presidente que ordena ao Ministro do Interior que proíba a saída do líder indígena do país retendo o direito a passaporte.

Um embate homérico segue sobre o tema, porém lideranças como o deputado José Costa (PMDB-AL) se reúne com caciques e apoia o indígena, no ponto de vista do deputado o mesmo sendo tutelado tem direito a um passaporte já que para ele “é um mero documento de identificação policial e não um título de nacionalidade”⁶⁷ o caso acaba por tomar proporções externas, a luta do indígena ganha proporções que fogem ao controle do Estado visto que, a viagem é endossada por seis partidos políticos holandeses, a Sociedade Americana da França e Sociedade Belga de Apoio às Causas Indígenas que assinam o telegrama do 4º tribunal Bertrand Russel pedindo a ida de Juruna.

O embate entre o Estado e a representatividade indígena se torna cada vez mais acirrado, de um lado o indígena que quer se representar, levando seus anseios até a última instância para que seja atendido, denunciando ao mundo a péssima situação do índio brasileiro, e de outro o estado que quer representar os indígenas embasados em um argumento retrógrado de o indígenas é ingênuo e não pode se auto-representar precisa ser curatelado, o que destacamos e que após muitos embates principalmente judicial o indígena viaja é o Brasil acaba por ser condenado por inúmeros crimes cometidos. Em suma destacamos aqui a luta por representatividade dos indígenas, o direito a fala e a opinião é característica marcante nas lutas dos povos indígenas.

Para evidenciar esse anseio por participação política destacamos no ano de 1985 algumas reivindicações dos indígenas no processo de Constituinte:

Finalmente para terminarmos este nosso documento, conclamamos ao país para que nosso movimento indígena possa participar dos grandes debates e simpósios públicos sobre a constituinte, porque nós também queremos mudar as leis relativas aos nossos povos indígenas. Pelas atuais leis vigentes somos considerados relativamente incapazes e tutelados pela Funai que tem história, vergonhosa.⁶⁸

Como percebemos nas citações acima que os indígenas clamam por independência política, tendo aqui sua própria leitura da lei, entendendo que a legislação vigente não o beneficia, negando sua vontade e outorgando as decisões a seu respeito a um órgão que aos seus

⁶⁶ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil** 1980, 1981, p.45.

⁶⁷ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil** 1980, 1981, p.46-47.

⁶⁸ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil** 1984, 1985, p.15

olhos tem caráter duvidoso, para os indígenas a instituição herdara todos os defeitos e desmandos do antigo SPI sendo necessária a modificação dessa situação. Sendo necessário um apoio por parte do Governo Federal como vemos na citação abaixo:

Solicitamos o apoio do Governo Federal, do Senado e Congresso Nacional, especialmente a comissão do Índio, para executar reestruturação total da FUNAI, e que os novos responsáveis por esse órgão indigenista não pague pelos abusos de corrupção e de incompetência dos administrativos da velha Republica. Na certeza de sermos compreendidos no Senado e no Congresso Nacional, a UNI exige para os representantes do povo brasileiro, independente de partido, analisem a nossa questão com delicadeza e carinho para edificação da Nova República.⁶⁹

Entendemos que a partir das reivindicações e denúncias por parte dos indígenas conseguimos extrair duas características sobre o protagonismo indígena que precisa ser evidenciadas, primeiramente a percepção das disputas políticas, fazendo com que os mesmos evoquem o passado em sua narrativa ao citar a velha republica e a ditadura militar e a segunda característica tem a ver com o anseio de participação no momento de construção do futuro de sua nação. Sendo assim nesse momento de construção da constituição de 1988 os indígenas buscaram mecanismos legislativos e políticos que garantissem sua participação fazendo que diversas etnias se organizassem para lutar como uma coletividade apesar das distintas características entre elas.

É como se momentaneamente as rivalidades, disputas e diferenças dessem lugar a um sentimento de oportunidade de mudança estrutural, o que implica em dizer que nesse momento etnias distintas lutaram por um causa maior “os índios” ressaltando que o movimento não era coeso e muito menos pressupunha uma totalidade, o que destacamos e que a grande maioria dos povos indígenas militou pela inclusão de direitos que valorizassem a diversidade cultural dos povos indígenas.

Ao se aproximar da consolidação da constituição cada vez mais reivindicações dos povos indígenas se tornam sistematizadas e coesas, agora os mesmos querem garantir aspectos democráticos como no mínimo a garantia dos seus direitos na constituinte, neles destacasse reivindicações fundamentais que valorizem o direito a território, cultura, participação na vida do país. A União das Nações Indígenas (UNI) com apoio de outras organizações formula cinco reivindicações no processo de construção da constituinte, reconhecimento dos direitos territoriais em que os mesmos devem ter garantia de viver em suas propriedades de maneira

⁶⁹ Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil 1984, 1985, p.16.

que sua cultura seja valorizada, demarcação e garantia das terras indígenas com base na Lei N° 6.001/73, com o prazo findado para a demarcação de todas as terras indígenas em 21 de dezembro de 1978 no ano de 1986 apenas 1/3 delas tinham sido demarcadas é evidenciado por parte dos indígenas que não somente é necessário demarcar porém sejam garantidas já que são constantes as invasões.

Usufruto exclusivo pelos povos indígenas das riquezas existentes no solo e subsolo dos seus territórios, visto que para os indígenas de nada vale a demarcação se eles como povo diferenciado não podem usufruir da riqueza em seus territórios, reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros, um das questões aqui e com os trabalhadores rurais pobres, percebemos que com a ligação do movimento indigenista com os outros movimentos sociais os indígenas ressalvam a manutenção dessa parcela da sociedade no campo, e por fim reconhecimento e respeito as organizações sociais e culturais, as 170 etnias presente nesse processo almeja a manutenção de suas tradições a partir da garantia de seus direitos ou seja do reconhecimento das suas organizações sociais e culturais.

Em suma as reivindicações dos indígenas culminam no *Texto aprovado pela comissão provisória de estudos constitucionais nos dias 2/6/86 e 1/7/8* nesse processo destacamos o Art. 28 segundo ele fica declarado que:

O Governo Federal, reconhece as populações indígenas como parte integrante da comunidade nacional, elaborará legislação específica com vistas à proteção destas populações e de Seus direitos originários. Parágrafo único — Esta legislação compreenderá medidas tendentes a: I — Permitir que as referidas populações se beneficiem em condições de igualdade, dos direitos e possibilidades que a legislação brasileira assegura aos demais segmentos da população, sem prejuízo dos seus usos e costumes específicos. II — Promover o apoio social e econômico às referidas populações, garantindo a devida proteção às terras, às instituições, às pessoas, aos bens e ao trabalho dos índios, bem como a preservação de sua identidade. III — O apoio de que trata o inciso anterior ficará a cargo de um órgão de administração federal.⁷⁰

Ainda destacamos no Art. 29 implica no pagamento não inferior 5% do faturamento quanto a exploração de recursos minerais em terras indígenas. Destacamos aqui que as reivindicações indígenas são um resultado mútuo dos indígenas e organizações ligados a temática, embora damos ênfase a significativa participação dos indígenas como candidatos na política, são das distintas áreas como professores, administradores, moradores de aldeias ribeirinhas, ex-cacique demonstram o seu protagonismo nesse processo de redemocratização do país.

⁷⁰ **Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil 1986/1987, 1988, p.15.**

As reivindicações dos povos indígenas no processo de constituinte demonstram seu poder de compreensão do momento em que estão inseridos o seu protagonismo o que evidencia seu protagonismo desconstruindo a representação de um indígena guiado por vontades externas e passivo aos interesses alheios, visto que seus interesses que são únicos dos povos indígenas são retratados tanto nas falas dos seus líderes quanto no conjunto de reivindicações fazendo com que a legislação mude, embora as mazelas e crimes cometidos contra a vida dos povos indígenas fiquem evidentes quando analisamos a sua trajetória.

O processo de constituinte exigiu da sociedade um poder de organização, já que o momento se demonstrou propício a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Percebemos isso na constituição 1988 tida por muitos como a “constituição cidadã”, aonde diversos aspectos, como defesa a vida, educação e saúde evidenciam a participação da sociedade no processo de sua construção, como foram os povos indígenas em que seus anseios, reivindicações e disputas nesse processo foram minimamente evidenciados através da leitura do boletim *Aconteceu*.

Considerações Finais

O processo aqui analisado, a respeito do protagonismo indígena partindo de um estudo do periódico *Aconteceu*, leva há algumas conclusões, uma delas é que é possível visibilizar as relações e dinâmicas no processo de redemocratização que evidencia a atuação dos indígenas, demonstrando sua astúcia e poder de organização em meio a um momento instável e complicado da trajetória da nação brasileira. Percebemos isso nas alianças internas, entre distintas etnias e externas como estratégia para a defesa dos seus interesses.

Se pensarmos nas consequências negativas sofridas pelos povos indígenas decorrentes do avanço do capitalismo no campo percebemos que os danos se demonstram incalculáveis e imensuráveis, visto o extermínio de etnias e a migração forçada de diversos povos que tiveram suas áreas inundadas ou invadidas por grandes empresas. Porém no processo aqui analisado os povos indígenas não aceitaram passivamente esse avanço, agindo de duas frentes de defesa, a primeira denunciando violações cometidas contra os povos indígenas via imprensa ou autoridades locais, a segunda frente e a maneira que se organizam como coletividade para ganhar força política e representativa.

Como citamos alguns exemplos que demonstram o relacionamento estado/indígenas no corpo desse texto, podemos afirmar que as políticas desenvolvimentistas na ditadura militar acabaram por se chocar com as demarcações das terras indígenas, o que despertou por parte dos indígenas o sentimento de união. As reuniões das distintas etnias no processo de constituinte era plural e com significativas mudanças na maneira de representar os povos indígenas, destacamos que tais reuniões continham etnias de todas as regiões do Brasil como vemos abaixo em um momento de reivindicação de seus direitos;

ÍNDIOS EM BRASÍLIA

Marabuto preocupado com índios em Brasília

Trezentos índios de diversos grupos estão em Brasília à espera da definição do novo presidente da FUNAI. O atual presidente do órgão, Nelson Marabuto, falando para mais de cem índios, manifestou preocupação com sua presença na cidade, com pleitos individuais de recursos e empregos, além de despesas com alimentação e hospedagem. (*Correio Braziliense*, 5/3/85).

71

Os dados acima demonstram o poder de organização dos povos indígenas em busca de seus direitos, o período de 1980/1987 se demonstra um momento de instabilidade, em que o processo de redemocratização abre brechas para os povos indígenas consolidarem um legislação que os favoreça, essa brecha pode ser atribuída pelo declínio do Governo Militar, quanto pela abertura que o período de redemocratização propícia por se tratar de um momento de construção de uma “Nação ideal” o que torna esse momento singular na história. Porém algo se torna interessante ressaltar, embora não negando a violência presente em algumas atitudes indígena, como destacado no corpo desse texto em momentos que indígenas atacam trabalhadores do campo, garimpeiros e grileiros, há especificidades únicas e continuidades na maneira de luta dos povos indígenas.

Uma das mudanças é a maneira verbalizada de luta que se tornou tão profícua, os indígenas do século XX lutam por direito a voz não desprezando todos os outros momentos na história, porém apenas nesse momento entende-se que a uma noção de propagação de um ideal entre seus comuns, ou seja tornaram conhecidas as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no Brasil para o Brasil e fora do Brasil, construindo novas formas de relacionamento entre o Estado, a sociedade e os povos indígenas, a fala indígena no período analisado acaba se destacando em diversos setores e reuniões demonstrando que temos uma mudanças significativas da maneira que os indígenas militam.

Desse ponto de vista sistêmico e analítico da situação podemos afirmar que alguns estereótipos estão para além do relacionamento indígena/homem branco, visto que de maneira explícita diversas etnias demonstraram por inúmeras vezes o seu poder de resistência e

⁷¹ Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil 1986/1987, 1988, p.36

organização social e política, o que nos leva a afirmar que grande parte dos preconceitos são frutos de narrativas, seja ela no processo educacional, seja ela nas literaturas regionais, isso corrobora em uma cristalização da imagem do índio brasileiro desprezando todas as especificidades dos povos indígenas.

Em suma os indígenas são representados por o boletim *Aconteceu* de uma maneira em que denunciando as mazelas sofridas pelos indígenas é evidenciando seu poder de articulação no processo de redemocratização. Trabalhar imprensa e perceber as intencionalidades por traz dos periódicos, no caso analisado as publicações do CEDI militam por setores menos favorecidos da sociedade fazendo com que tenham notoriedade e conhecimento dos acontecimentos que ocorrem no território brasileiro, os indígenas por sua vez trilham seus caminhos por busca de seus direitos e lugar na representatividade política como podemos perceber na leitura do periódico.

Referências

Fontes:

Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil 1980, 1981 (Edição especial de número 6 e 10).

Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil 1984, 1985. (Edição especial de número 15 e 17).

Aconteceu Boletim: Povos indígenas no Brasil 1986/1987, 1988. (Edição especial de número 18).

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/sao-felix-do-xingu-sedia-programacao-da-semana-dos-povos-indigenas.ghtml> Acessado às 15h do dia 06-08-2017

BRASIL, **Lei n. 10.639 – 09 de janeiro de 2003**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

<http://www.koinonia.org.br/protestantes/acervo> acessado em 12/05/2018 às 17h

Bibliografia

ABREU, Fábio Henrique de. **Do ecumenismo libertador à libertação ecumênica**: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994). Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BITTENCOURT FILHO, José. Protestantismo: avanços e tropeções. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro: CEDI, 12(249), jan./fev. 1990.

CAMPOS, L. S., ELIANE MOURA DA SILVA, KARINA K. BELLOTI (Orgs.). **Religião e Sociedade na América Latina**. S. B. do Campo: UESP, 2010.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **Relatos do Medo: A ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns-1958/1964]** / Erinaldo Vicente Cavalcanti. – Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

COELHO, Mauro C. Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In: Manuela Carneiro da CUNHA (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Record

GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2980.pdf>

JARDIM, Trajano Silva; BRANDÃO, Iolanda Bezerra dos Santos. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**, número 14, 2014, pp. 131-171.

Khaled Junior, Salah H. **Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX [recurso eletrônico]** / Salah H. Khaled Jr. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.23-33

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas: Tese de Livre Docência/UNICAMP, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NEVES, L. F. B. **O combate dos soldados de cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

NJAINE, Katie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise do discurso da imprensa em Regime de privação de liberdade**. Ciência, Saúde coletiva, vol. 07, nº 02, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença Indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/Secad; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, S. R. de. **As crônicas espanholas do século XVI e a produção de narrativas históricas sobre a América e seus habitantes**. Revista Em tempo de Histórias, Brasília, UnB, v.5, ano 5, 2002

Protagonismo indígena na história / Fábio Feltrin de Souza, Luisa Tombini Wittmann (Organizadores). - - Tubarão, SC: Copiart ; [Erechim, RS]: UFFS, 2016,

ROLLER, Heather F. **Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800**. Revista de história São Paulo, Nº 168, p. 201-243, JANEIRO / JUNHO. 2013.<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/59153>.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo **“O maior projeto em prol de Mato Grosso”: uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Grande Dourados, Dourados- MS, 2011.

Santos, Rafael Rogério Nascimento Dos **“Dis O Índio...”: Outra Dimensão Da Lei - Políticas Indígenas No Âmbito Do Diretório Dos Índios (1777-1798)** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História.

TRECANNI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da Terra no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.66.

YANOMAMI, Davi Kopenawa. Descobrimos os brancos. In: NOVAES, Adauto (org.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 15-23.